

**TC 032.082/2011-8****Tipo:** tomada de contas especial**Unidade Jurisdicionada:** Prefeitura Municipal de Araguanã/MA.**Responsável:** Edson Vando Carneiro Pereira (CPF 695.261.411-72)**Advogados ou Procuradores:** não há.**Interessado em sustentação oral:** não há.**Proposta:** quitação de dívidas imputadas ao Sr. Edson Vando Carneiro Pereira.

## INTRODUÇÃO

1. Trata-se de pedido de quitação de dívida (peça 382) realizado pelo Sr. Edson Vando Carneiro Pereira (CPF 695.261.411-72).

## HISTÓRICO

2. A presente tomada de contas especial (TCE) foi instaurada por determinação deste Tribunal inserida no subitem 1.7.3 do Acórdão 222/2011-TCU-Plenário (peça 1), em razão de irregularidades na aplicação de recursos do SUS transferidos à Prefeitura Municipal de Araguanã/MA durante os exercícios de 2005 e 2006. O referido acórdão foi prolatado nos autos do TC 020.681/2006-8, que cuidou de denúncia sobre possíveis irregularidades na aplicação de recursos federais transferidos à Prefeitura Municipal de Araguanã/MA.

3. Superada a fase de citação e audiências realizadas, esta Corte de Contas prolatou o Acórdão 2524/2014-TCU-Plenário (peça 247), em que decidiu pelo julgamento pela irregularidade das contas, imputação de débito aos responsáveis e aplicação de multas. No caso específico do responsável Sr. Edson Vando Carneiro Pereira ocorreu a aplicação de multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), conforme item 9.7 do referido Acórdão.

4. Transcorridos os prazos recursais sem que o responsável recorresse ou realizasse o recolhimento dos valores, o Acórdão 2524/2014 – TCU – Plenário transitou em julgado em 9/4/2015 para o Sr. Edson Vando Carneiro Pereira, pelo que foi constituído processo de cobrança executiva TC 002.620/2018-9 remetido à AGU/PGU em 10/5/2018.

5. Ocorre que o referido responsável compareceu à Sec-MA, em 12/2/2019, e apresentou comprovante de pagamento da multa imputada relativa ao processo em tela. A data de pagamento é de 7/4/2015 conforme comprovante e consulta ao Sistema SisGRU (peça 380). Desta forma, passa-se a analisar a quitação de multa realizada pelo Sr. Edson Vando Carneiro Pereira.

## EXAME TÉCNICO

6. Com a apresentação do comprovante e da confirmação de recolhimento no Sistema SisGRU (peça 380) entende-se que a multa aplicada ao responsável Edson Vando Carneiro Pereira foi integralmente paga, conforme demonstrativo à peça 381.

7. Contudo, o pagamento não foi identificado pelo TCU no tempo correto. Nesse caso, o procedimento de autuação e de posterior envio ao órgão executor foi feito de forma equivocada, uma vez que o pagamento havia sido realizado em 7/4/2015, ou seja, antes da autuação, ocorrida em 9/4/2015, e antes da remessa à AGU, ocorrida em 10/5/2018. Assim, conforme Manual de Cobrança Executiva do TCU, itens X e XIII, em casos de equívocos quanto a autuação do processo de cobrança executiva deve-se adotar procedimentos para reestabelecer o cenário anterior.

8. Por essa razão, a presente instrução deve ser juntada ao processo de cobrança executiva respectivo, com a sua consequente exclusão, de forma que seja possível registrar o pagamento efetuado e conceder a quitação ora pretendida, bem como se enviar notícia dessa quitação à AGU.

9. Por outro lado, os comprovantes apresentados demonstram que os valores pagos a título de multa (R\$ 3.534,00) foram maiores do que os valores devidos (R\$ 3.107,10), consoante demonstrativo de pagamento (peça 381), razão pela qual é necessário aplicar as disposições da Portaria Conjunta Segecex-Segedam 1, de 28/5/2014, que *“Estabelece procedimentos com vistas à restituição de valores recolhidos a maior ou indevidamente ao Tribunal de Contas da União”*.

10. Desta feita, o procedimento descrito pela mencionada Portaria prevê a atuação de processo administrativo com a instrução do feito, remessa à Segecex e Segedam para anuência e posterior envio para Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade (Secof) para análise e solicitação de recursos financeiros à Secretaria do Tesouro Nacional. Contudo, o presente caso entendemos possa adotar outra sistemática, mais simples e de interesse do responsável (peça 383), qual seja: o lançamento desse crédito como parcela de pagamento de outra multa aplicada pelo TCU no TC 032.080/2011-5 que o responsável vem pagando parceladamente.

11. Essa compensação seria possível já que as dívidas possuem mesma natureza e cofre destinatário, motivo pelo qual não haveria discrepâncias contábeis de recolhimentos.

12. Assim, no presente caso deve-se reconhecer a existência de crédito no valor de R\$ 426,90, datado de 7/4/2015, em favor do Sr. Edson Vando Carneiro Pereira e que esse valor, na mencionada data, deve ser incorporado como parte do pagamento (crédito) da multa aplicada ao mesmo responsável no TC 032.080/2011-5 cujo parcelamento encontra-se em andamento.

13. Desta forma, não há prejuízo ao TCU, nem ao responsável que fez o pagamento a maior.

## CONCLUSÃO

14. Conclui-se pela necessidade de expedição, em favor do responsável Edson Vando Carneiro Pereira, da quitação da dívida decorrente da multa a ele imposta por meio do Acórdão 2524/2014-TCU-Plenário. Assim, considerando que o pagamento foi feito 7/4/2015, antes da autuação do processo de cobrança executiva, este processo de cobrança deve ser excluído, com a juntada da presente instrução, nos termos do itens X e XIII do manual de cobrança executiva do TCU, e a AGU notificada da quitação.

15. Ademais, cabe reconhecer o crédito de R\$ 426,90, datado de 7/4/2015, decorrente do recolhimento a maior realizado pelo responsável, e que será utilizado, conforme seu pedido, como parte do pagamento da multa imputada pelo Acórdão 676/2015-TCU-Plenário no âmbito do TC 032.080/2011-5.

## PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

16. Com fundamento no art. 218 do Regimento Interno/TCU, submete-se os autos à consideração superior com a seguinte proposta:

16.1 expedir quitação ao Sr. Edson Vando Carneiro Pereira (CPF 695.261.411-72), da multa a ele imputada por meio do Acórdão 2524/2014-TCU-Plenário, ante a comprovação do pagamento integral da dívida;

16.2 reconhecer a existência de crédito, no valor de R\$ 426,90, datado de 7/4/2015, em favor do Sr. Edson Vando Carneiro Pereira (CPF 695.261.411-72), decorrente do recolhimento, a maior e em favor do Tesouro Nacional, da dívida referente à multa imputada ao referido responsável por meio do Acórdão 2524/2014-TCU-Plenário;

16.3 autorizar a utilização do valor do crédito reconhecido nestes autos como parte do pagamento da multa imputada pelo Acórdão 676/2015-TCU-Plenário no âmbito do TC 032.080/2011-5 que deverá considerar da seguinte forma:

Data	Tipo	Valor (R\$)
7/4/2015	Crédito	426,90

16.4 realizar a juntada do Acórdão a ser proferido e da peça 380 no TC 032.080/2011-5;

16.5 encaminhar cópia do Acórdão a ser proferido à Advocacia-Geral da União - AGU/PGU e ao Sr. Edson Vando Carneiro Pereira.

SECEX-MA, em 12 de fevereiro de 2019.

*(assinado eletronicamente)*

Hugo Leonardo Menezes de Carvalho  
AUFC, Assessor – Mat. 7708-9